

Ruínas do imperador

Grete Pflueger

Uema

Resumo

O presente artigo trata de parte da tese de doutorado em Urbanismo, intitulada “Redes e ruínas”, desenvolvida pela autora, sob orientação da professora Rachel Coutinho do Proureb-UFRJ. Teve por objeto o estudo o processo de arruinamento e desconexão da cidade de Alcântara no Maranhão. “Ruínas do imperador” foi um episódio que aconteceu em Alcântara em torno da expectativa da visita do imperador e ficou conhecido como metáfora do processo de decadência da cidade e do estado do Maranhão. Dialogamos também com a análise do episódio no campo da literatura em trechos da obra de Josué Montello e na poesia de Ferreira Gullart.

Palavras-chave: ruínas; arquitetura colonial; urbanismo colonial.

Abstract

This article is part of the doctoral thesis in Urbanism, entitled “Ruins and networks”, developed by the author, under the guidance of professor Rachel Coutinho’s Proureb-UFRJ. The object was to study the process of connection and disconnection of the city of Alcântara in Maranhão. “Ruins of the emperor” was one episode in Alcântara around the expectation of the visit of the emperor and became known as the metaphor of decay of the city and the State of Maranhão process. Also dialogued with the analysis of the episode in the field of literature excerpts from the work of Josué Montello and poetry Ferreira Gullart.

Keywords: ruins; colonial architecture; colonial urban planning.

“Ruínas augustas” refere-se a uma transcrição de uma curiosa narrativa do jornal *O Imparcial*, de 26 de junho de 1927, de autoria de Pedro Conde, disponível no acervo de obras raras da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís, no Maranhão, que relata o episódio da visita do neto do imperador à cidade de Alcântara. A visita esperada era do imperador, que nunca veio e deixou marcas no imaginário da cidade, devido ao arruinamento da casa preparada pelo nobre. O neto visitou as ruínas dos palacetes que permaneceram na malha urbana como marco do período imperial, e, no imaginário popular, como o elo entre a cidade em ruínas e a monarquia: “A casa esperou pela magestade¹ e a magestade veio. Não importa que ela o recebesse em ruínas. A magestade que a visitou também vinha em ruínas [...] Esta finda a missão agora podeis cair ruínas augustas!” (*O Imparcial*, 1927)

¹ *Magestade*, grafia da época, por *majestade*.

Dialogamos também com a análise do episódio no campo da literatura e da poesia, em trechos da obra de autores maranhenses como Josué Montello de Ferreira Gullart.



Vista aérea de Alcântara. Igreja do Carmo e ruínas do imperador. Acervo DPHAP-MA.

Alcântara – Maranhão

No século XVI a antiga aldeia dos tupinambás, Tapuitapera, foi alvo da disputa de franceses e portugueses, devido à sua estratégica posição no golfão maranhense. Em 1648, ela foi transformada em vila religiosa de Santo Antônio de Alcântara, sob a tríade das igrejas e conventos do Carmo, Matriz e das Mercês. No século XVIII, a vila transformou-se em um importante entreposto comercial e sede da aristocracia rural agroexportadora de algodão, consolidando um importante conjunto arquitetônico luso-brasileiro.

No final do século XIX, vários fatores como a transferência dos mercados de algodão e a abolição dos escravos contribuíram para um longo processo de decadência econômica e arruinamento arquitetônico, que perdurou por todo século XX. Processo agravado pela implantação de um presidio em 1950, simultâneo ao tombamento federal

da cidade. A decadência da cidade de Alcântara foi tema do livro *Noites sobre Alcântara*, do escritor maranhense Josué Montello.

Quando esta geração passar, e outra vier, e mais outra, talvez só haja ruínas onde hoje se alteiam os velhos sobrados de Alcântara, rodeados de silêncio e solidão. Vejo de perto, mais uma vez, a resignada cidade imperial, depois de tê-la olhado de longe com meus olhos de menino, e sinto-lhe, emocionado, a vagarosa agonia. Dói reconhecer, mas não posso calar; a Alcântara senhorial, que viu passar nas suas ruas retilíneas os orgulhosos palanquins doirados, está-se acabando. Morre devagar, dia por dia, hora por hora, silenciosa e esquecida. (Montello, 1984, pág.11)

Montello conseguiu traduzir toda a história da vila colonial, desde o apogeu à decadência, em um romance de fôlego, reconhecido internacionalmente. Sobre o livro, Tristão de Athayde escreveu no jornal *Novo Observatório*, de Lisboa, em 16 de janeiro de 1979: “[...] que com maestria absoluta da pena que possui, Montello nos toma pela mão, a fim de assistirmos ao crepúsculo de uma cidade e com ela o fim do Brasil imperial”. O encanto deste livro está na presença de duas ausências: a morte de um regime e a morte de uma cidade. Nesta perspectiva, o poeta maranhense Ferreira Gullar inventou cidades, tendo como base cidades históricas brasileiras. Inspirado no livro *Cidades invisíveis* (2002), de Ítalo Calvino, escreveu o livro *Cidades inventadas* (1997). Na introdução, explica que criou primeiro a cidade “Odon”, em 1955 – situada no passado –, depois criou “Ofu” – situada no futuro –, e em seguida inventou mais 22 cidades. Em seu livro, reconhecemos duas cidades maranhenses: São Luís revela-se em “Odon”, por meio de referências ao centro histórico, e “Almintá”, traz a transcrição da história de Alcântara, sua arquitetura de sobrados vazios e igrejas abandonadas, revelando o processo de decadência da cidade. Neste conto, Gullar narra um episódio da visita do imperador que nunca aconteceu, mas que se tornou lenda no imaginário da cidade. Observamos, no texto original, várias coincidências com o processo de arruinamento de Alcântara e sua história, que transcrevemos de Gullar:

Almintá... Os sobrados vazios, as igrejas com suas imagens sujas de excremento de morcego mostram, ainda assim, que ela conheceu o esplendor e que seus habitantes gozaram de relativo conforto provinciano. E está morta agora. [...] Mas Almintá viveu um dia. Por suas ruas, hoje destroçadas, passearam jovens brancas, trajando roupas finas, importadas de Paris. [...] Ainda hoje pode-se ver a ruína do palácio que estava sendo construído especialmente para hospedar o imperador: algumas paredes e portais de mármore mantêm-se ainda de pé em meio ao amontoado de pedras de cantaria, devidamente preparadas para compor os muros e arcos... Almintá foi abandonada

pelos senhores de escravos e pelos escravos. A história dos ratos começa aí onde acaba a dos homens. (Gullar, 1997, p. 13)

O fato descrito por Gullar, relativo à visita do imperador, está comprovado no artigo intitulado “Ruínas augustas”,² do jornal *O Imparcial* de 1927. O artigo relata a história do nobre alcantareense Antônio Raymundo Franco de Sá, educado na corte e amigo de infância do imperador Pedro II, que construiu um palacete para receber o amigo em sua cidade natal. Para tanto mandou trazer de Portugal todo o material, inclusive pedras de cantaria, sendo que no meio da obra o fidalgo foi envenenado e a obra ficou parada, virando ruína. Assim, o imperador nem sequer chegou a visitar a cidade. Apenas em 1927 as “ruínas augustas” foram homenageadas com a visita do neto do imperador, Pedro de Bragança.

O episódio foi amplamente divulgado em jornais da época. O príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, sua esposa, a princesa D. Elizabeth, e sua filha, a princesa Isabel, chegaram a São Luís a bordo do Itaimbé, vindo do Norte, do Pará e do Amazonas. Segundo jornais de 1927, eles desembarcaram em São Luís, na rampa do palácio dos Leões, e foram recebidos pelo então presidente do estado Magalhães de Almeida e autoridades locais, e depois conduzidos de automóvel até palácio. No segundo dia foi realizada a visita à cidade de Alcântara, em vapor especial, acompanhada pelo presidente do estado e convidados.

² Acervo microfilmado da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís. Jornal *O Imparcial*, 26 de junho de 1927, cópia indicada pelo escritor Luís Mello.

Ruínas do imperador



Ruínas do imperador: Foto: Márcio Vasconcelos, 2011.

As ruínas do imperador ainda se encontram intactas em Alcântara, testemunhando um fato que virou uma lenda na cidade, como mostra o artigo de autoria de Pedro Conde, ironizando a visita no artigo intitulado “Ruínas augustas”, publicado no jornal *O Imparcial*, de 26 de junho de 1927, que transcrevemos abaixo:

É uma casa, ou melhor, uma ruína que dá a impressão, no mesmo tempo, do ouro que correu em Alcântara e da veneração com que os grandes senhores da antiga nobreza brasileira cultivavam por D. Pedro II... Em Alcântara, passa da boca dos velhos para a dos novos a história daquelas ruínas augustas. Antonio Raymundo Franco de Sá foi seu constructor. Era ele um dos fidalgos mais ricos da família tradicional dos Francos de Sá. Teria sido educado na corte. O senhor seu pae dono de riqueza incalculável, privava com a família imperial. E a creança, desde muito pequena, conquistou com as sympathias a amizade do menino Pedro de Alcântara, que mais tarde havia de impor o seu nome ao mundo pelo poder de carácter, inteligência e tino administrativo. Durante muitos annos serviu Antonio Raymundo Franco de Sá de companheiro predilecto do filho de Pedro I. O fidalgo, commovido de tantas homenagens, lembrou uma visita do imperador ao norte, até Alcântara. E insistiu em retribuir as festas recebidas. Comprehendendo as vantagens de uma visita às províncias do norte, D. Pedro accitou a sugestão e o convite, prometeu vir até Alcântara... Um dia, entretanto que não sei se era bello ou feio, alguém que não gostava do rico fidalgo o mandou deste para um mundo que dizem ser melhor, com terrível veneno. Com a morte de Antonio Raymundo Franco de Sá, a casa passou para a propriedade dos filhos que o rico fidalgo possuía. E a casa foi aos poucos ficando em ruínas, cahiu o primeiro andar, espalhando pedras esculpidas pela rua a fora, mas ficou com o pavimento térreo erecto, como a demonstrar a solidez da amizade que o levantara. E se D. Pedro II não

veio em pessoa a Alcântara, encarregou-se da missão o seu neto Pedro de Bragança, que em 1927 visitou as ruínas em companhia do Presidente Magalhães de Almeida. A casa esperou pela magestade real e a magestade veio. Não importa que Ella o recebesse em ruínas. A magestade que a visitou também vinha em ruínas... Esta finda a missão agora podeis cair ruínas augustas! (Pedro Conde, *O Imparcial*, 1927)

A SUCESSÃO

N. A edição de amanhã o redactor-chefe do IMPARCIAL, proseguirá a serie de artigos que vem publicando nesta folha, em sua devida pessoa!

Na reunião, antehontem celebrada, do directorio do Partido Republicano, ficou assentada a escolha dos candidatos á successão presidencial do Estado, cujo pleito, na forma da Constituição, deverá realizar-se a 30 de novembro vindouro.

Assumpto que fão de perto fã a los magnos interesses do Maranhão, por isso que encerra a solução do problema da regencia dos seus destinos, extranheavel seria, certamente, que sobre elle não se pronunciassem os organos legitimos da opinião, manifestando-se a respeito daquella escolha e dizendo, afinal, com franqueza e verdade se a mesma corresponde aos altos objectivos que comporta a indicação.

Analisando com imparcialidade os predilectos dos illustres candidatos apontados pela comissão executiva do Partido Republicano, sem duvida o conjunto de maior e mais significativa expressão politica no Estado, é ilito reconhecer e preclamar que ambos se apresentam ao merecimento dos suffragios da confiança popular com as credenciaes que respeitam, sendo de esperar, por isso, que essa escolha seja plenamente homologada pelo promanifesto das urnas.

Para as elevadas funcoes do directorio do Partido o nome do dr. José Pires, Sexto, digno magistrado federal e figura de indiscutivel realce na sociedade maranhense.

Exercendo, pouco depois de formado, a magistratura na sua terra natal, não se pode dizer que o dr. Pires Sexto seja um politico profissional, visto como a sua funcao de magistrado, em cujo exercicio sem servindo ha quasi um decennio, conservou o sempre afastado das competições partidarias, embora fiel aos principios que constituem o programma do Partido.

Do sr. coronel Brício Araujo não menos justa se faz a opinião sobre o acerto da sua escolha para vice-presidente do Estado.

É um cidadão por todos os titulos respeitavel digno do apreço dos seus contemporaneos, que sempre l'ho asseguraram, em retribuição á fãta copia de boas servicos prestados á terra de seu herem, o seu nome se impõe como affirmação de um authentico homem de bem.

Sua actuação em varios cargos da administração publica, a par da tradição politica que representa no Estado, e as qualidades que o distinguem como bom maranhense, valem para o merecimento da distincção que acaba de receber dos poderes dirigentes do seu Partido.

RUINAS AUGUSTAS

A casa do Imperador... É uma ruína solenne, que não se era bello ou feio, algum que não gostava do rico filalgio, o mandou deste para um mudo que dizem ser melhor, com terceiro veneno.

Com a morte de Antonio Raymundo Franco de Sá, a casa passou para a propriedade dos filalgios que o rico filalgio possuia.

Um delles, de nome Joaquim deus-se pressa em vendela, poucou mais ou nada a um certo Custodio Belchior, mais conhecido por Cavaigne, surta que se não fora alcantarenses. Os tremios protestaram contra o procedimento de Joaquim, que não se contentando em vender somente a parte que por direito lhe pertencia, avançou na dos outros.

O juiz de Alcântara, nesse tempo, era o supplente em exercicio, José Joaquim da Costa Estrella, pae da actual collector estadual Benedicto Estrella.



Antonia Raymundo Franco de Sá foi o seu construtor. Era elle um dos filalgios mais ricos da familia tradicional dos Franco de Sá.

Pelas referencias que conseguiu colher entre a velhice alcantarenses, teria sido educado na Corte. O senhor seu pai, dono de ri-

prelo pegado, tinha a casa quasi frentes.

Um dia, entretanto, que não se se era bello ou feio, algum que não gostava do rico filalgio, o mandou deste para um mudo que dizem ser melhor, com terceiro veneno.

Com a morte de Antonio Raymundo Franco de Sá, a casa passou para a propriedade dos filalgios que o rico filalgio possuia.

Um delles, de nome Joaquim deus-se pressa em vendela, poucou mais ou nada a um certo Custodio Belchior, mais conhecido por Cavaigne, surta que se não fora alcantarenses. Os tremios protestaram contra o procedimento de Joaquim, que não se contentando em vender somente a parte que por direito lhe pertencia, avançou na dos outros.

O juiz de Alcântara, nesse tempo, era o supplente em exercicio, José Joaquim da Costa Estrella, pae da actual collector estadual Benedicto Estrella.

João Alfredo

A passagem do seu

Por motivo da passagem do seu anniversario natalicio, a 23 do corrente, recebeu a Sr. Alfredo de Mendonça, redactor-chefe do IMPARCIAL, os seguintes telegrammas:

S. LUIZ, 23 — Queira minhas cordiaes felicitações pelo seu anniversario natalicio. — Magalhães de Almeida.

S. LUIZ, 23 — Queira aceitar as minhas felicitações pela passagem do seu anniversario natalicio. — Genesio Rego.

BELEM, 23 — Abraços muito cordiaes pela passagem da data natalicia do querido amigo. — Souza Castro.

RIO, 23 — Recibe affectuosos parabens ten natalicio, com os meus sinceros votos de felicidades. — Desdoador Mendonça.

RIO, 23 — Aceite presado amigo e compadre meus cordiaes parabens pela data de hoje. — Desdoador Desdoador.

RIO, 23 — Parabens e abraços muito cordiaes. — Domingos Barbosa.

S. LUIZ, 23 — Parabens. — Gerisio Custodio Bezerra, delegado fiscal.

S. LUIZ, 23 — Apresenta sinceras felicitações pelo dia de hoje. — Coronel Coutinho de Souza.

RIO, 23 — Aceite presado amigo minhas efusivas felicitações data natalicio. Abraços. — Rogério.

RIO, 23 — Abraços muito cordiaes e presado confrade. — Gustavo Barbosa, José Gaudilio.

S. LUIZ, 23 — Recibe presado amigo minhas cordiaes felicitações pela passagem do seu natalicio. — Carlos Rodrigues.

S. LUIZ, 23 — Affectuosos cumprimentos. — Leonardo Melo.

S. LUIZ, 23 — Sinceras felicitações, solidaria manifestação. — B. Vasconcellos.

S. LUIZ, 23 — Cordiaes felicitações pela data de hoje. — Estelita.

O Imparcial de 26 de junho de 1927. Acervo: Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís.



O IMPARCIAL

DIARIO MATTINO E INDEPENDENT

REDACÇÃO-CHEFE—João Alfredo

BRASIL—ESTADO DO MARANHÃO—S. LUIZ—Quarta-feira, 15 de Junho de 1927

OS PRINCIPES DE ORLEANS NO MARANHÃO

As recordações pessoais do Principe D. Pedro sobre o Imperador D. Pedro II

SUA ALTEZA RECTIFICA EPISODIOS HISTORICOS TORNADOS LENDARIOS

A visita á historica cidade de Alcântara

Têm muita oportunidade, no momento em que o Maranhão recorre a visita do Principe Dona Pedro de Orleans e Bragança, os seguintes topicos de uma interessante entrevista que Sua Alteza concedeu ao "Ciclo", a brilhante folha carice.

O jornalista que o entrevistou, pedra, no Principe as suas impressões pessoais sobre o Imperador, ao que S. Alteza respondeu:—Eu tinha 14 annos. Depois, nunca viviamos juntos.

Efectivamente, se o Imperador nunca via a Orleães da sua

Foi extraordinario como D. Pedro, mais velho que o avô do retrato, apresentou um aspecto ainda mais despreocupado do que elle, ao chegar a suas recordações de creança. D. Pedro re-moçava contando-as, e tinha um sorriso, que se dizia ser para o meniao entrevistado em palacio povoado de antiguidades, de obras de arte, affeições grandes e esperanças lankem grandes. Já estava proclamada a Republica — conta D. Luiz — e os principes, vindo passar pelo palacio de Petropolis, haviam de manifestar-se, aos gritos, saltando bandei-

dro sorria antes de falar. S. Alteza completa:—Lembranças pessoais, tenho as nitidas só do carnaval. Meu avô sahia a carró nas tardes de... "entruído", como se chamava nesse tempo. Então-se vendo que, com o espirito democratico do Imperador, atravam-lhe "lindões de cheiro". Elle não deixava nunca de corresponder, e era visto, de vez em quando, o seu braço levantat-se com gesto de atrair, e atrava mesmo. Muito alegre — remota o neto sempre a sorrir.

Podemos á memoria de D. Pedro, em quanto a visita de hoje,

O fim da gloriosa jornada do

O AVIÃO LUSITANO MERGULHOU PARA SEMPRE DO ATLANTICO

OS BRAVOS AVIADORES FORAM SALVOS PROVIM ESTÃO EM BELEM, DE ONDE REGRESSARÃO



O Imparcial de 15 de junho de 1927. Acervo: Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís.



Revista do Norte, 1905. Acervo: Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís.

As ruínas, como objeto de estudo, podem ser analisadas em diversos campos disciplinares, como a arqueologia, arquitetura e urbanismo, poesia, filosofia e arte, pois constitui uma temática extremamente interessante e peculiar. Elas extrapolam significados no campo simbólico e persistem no imaginário como fragmentos da cidade. As ruínas são parte do tecido urbano que morreu, mas que permanece como documento silencioso da destruição, da decadência ou da resistência, estabelecendo um diálogo no tempo entre o passado e o futuro. Calvino alerta que “a cidade não conta seu passado, ela o contém escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas” (CALVINO, 2002, p. 15).

Nesta perspectiva, Alcântara contém em suas ruínas a sua história. Ela foi diferentes cidades, em sua trajetória de 366 anos. Inicialmente foi uma aldeia tupinambá – Tapuitapera –, elevada à categoria de vila religiosa de Santo Antônio de Alcântara em 1648 pelos portugueses, transformada em sede da aristocracia rural agroexportadora em 1754, e entrou em processo de decadência econômica e social no final do século XIX.

Devido a sua fragilidade e letargia econômica no início do século XX, foi tombada pelo IPHAN em 1948. Logo em seguida o governo estadual implantou na praça principal da cidade o presídio de segurança máxima, que lá permaneceu entre 1950 e 1965, isolando e excluindo a cidade do turismo e dos investimentos estaduais. Considerada uma cidade morta, a urbe viu suas esperanças renascerem diante da implantação, em 1980, do Centro de Lançamentos de Alcântara, que a transformou numa cidade espacial. O local e o global confrontaram-se na perspectiva de uma nova dinâmica socioeconômica.

Hoje Alcântara é uma cidade turística, em busca de sustentabilidade, que enfrenta os desafios da sua preservação e sobrevivência na era da globalização. As augustas ruínas do imperador persistem neste cenário como um elemento de resistência no tecido urbano, contando a história da cidade. Finalizamos com um poema de José Chagas, que traduz a cidade.

Não se pode ver Alcântara
a olho nu
Alcântara requer
uma lente memorial
para ampliar
o que se contempla para trás
ou por detrás de nossas ruínas
humanas
ou para além do nosso esquecimento
através dos muros
endurecidos
dos séculos
(CHAGAS, 1994, p. 67).

Referências

- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
CHAGAS, José. *A negociação do Azul ou a castração dos anjos*. São Luís: AML/SIOGE, 1994.
GULLAR, Ferreira. *Cidades inventadas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.
GUTIERREZ, Angela (coord.). *Cantos do silêncio*. São Paulo: Spala, 1987.
MONTELLO, Josué. *Noite sobre Alcântara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

Jornais pesquisados no acervo de obras raras microfilmadas da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís do Maranhão: *O Alcantareense* – 1906; *Diário do Norte* – 1930-1940; *O Imparcial* – 1927.

Minicurrículo

Grete Pflueger é professora-adjunta do Departamento de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).